



Discursos parlamentares sobre a COP 30: uma análise mista dos enquadramentos na Câmara dos Deputados

Parliamentary speeches on COP 30: a mixed-methods
analysis of framing in the Brazilian Chamber of Deputies

Tiago Franklin Rodrigues Lucena 

Universidade Estadual de Maringá. Curso de Comunicação e Multimeios.
Maringá, PR, Brasil.

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Programa de Mestrado de Comunicação (PPGCOM).
Londrina, PR, Brasil.

Alice Loureiro do Nascimento 

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Programa de Mestrado de Comunicação (PPGCOM).
Londrina, PR, Brasil.

Fernanda Cavassana 

Universidade Estadual de Maringá. Curso de Comunicação e Multimeios.
Maringá, PR, Brasil.

Correspondência para/Correspondence to
Tiago Franklin Rodrigues Lucena - tfrlucena2@uem.br

PERIÓDICO / JOURNAL

ISSN 1808-3536

 @liinc-emrevista

 <https://revista.ibict.br/liinc/index>

FLUXO EDITORIAL / EDITORIAL PROCESS

Editores do Artigo / Article Editors

Liz-Rejane Issberner - Philippe Léna

Felipe Milanez

Editores / Editors

Marco Schneider - Gustavo Saldanha

Fábio Gouveia - Priscila Sena

Cronologia / Timeline

Recebido / Received: 30/03/2026

Aprovado / Approved: 03/08/2026

Publicado / Published: 05/08/2026

Como citar / How to cite: LUCENA, Tiago Franklin Rodrigues; NASCIMENTO, Alice Loureiro do; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Discursos parlamentares sobre a COP 30: uma análise mista dos enquadramentos na Câmara dos Deputados. In: *Liinc em Revista*, v. 22, n. 01, e7921. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7921>. Acesso em: 05 ago. 2026.



Atribuição 4.0 Internacional
Attribution 4.0 International

RESUMO: A realização da COP 30 no Brasil mobilizou debates na esfera parlamentar, tornando-se um evento relevante para a análise da comunicação climática institucional. Assim, objetivamos analisar como a COP 30 foi enquadrada nos discursos da Câmara dos Deputados, ao longo de 2025, identificando padrões discursivos e diferenças entre coalizões políticas. A partir de uma abordagem metodológica mista, examinamos 148 discursos, por meio de técnicas quantitativas, como a modelagem de tópicos, combinadas à análise qualitativa baseada na Teoria Fundamentada nos Dados. Os resultados apontam que a conferência foi apropriada de maneira diferenciada: a base governista enfatizou disputas legislativas e ambientais, enquanto a oposição priorizou aspectos econômicos e fiscais. Conclui-se que a agenda climática no Parlamento brasileiro apresenta forte partidarização, sendo mediada por posicionamentos ideológicos.

Palavras-chave: Discursos parlamentares; COP 30; Comunicação climática; Modelagem de tópicos.

ABSTRACT: The hosting of COP 30 in Brazil sparked debates in the parliamentary sphere, making it a relevant event for the analysis of institutional climate communication. The study analyzes how COP 30 was framed in speeches delivered at the Chamber of Deputies throughout 2025, identifying discursive patterns and differences among political coalitions. Drawing on a mixed-methods approach, we examined 148 speeches using quantitative techniques, such as topic modelling, combined with qualitative analysis based on Grounded Theory. The results indicate that the conference was appropriated in distinct ways: the government coalition emphasized legislative and environmental disputes, while the opposition prioritized economic and fiscal aspects. In conclusion, the climate agenda in the Brazilian Parliament is strongly partisan, mediated by ideological positioning.

Keywords: Parliamentary speeches; COP 30; Climate communication; Topic modeling.

INTRODUÇÃO

A crise climática é um fenômeno que transcende o campo das ciências naturais, configurando-se como um desafio multidimensional, que envolve aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e comunicacionais. Entende-se a comunicação climática (*climate communication*, ou *climate change communication*) como o conjunto de processos comunicativos voltados a traduzir o conhecimento científico sobre as mudanças climáticas para arenas públicas e institucionais, com vistas a fomentar apoio a políticas, ação coletiva e mudança de comportamento (Moser, 2009).

As Conferências das Partes (COP) emergiram para estabelecer uma articulação global para o enfrentamento das causas das mudanças climáticas e direcionamento de políticas para a área. Criadas em 1992, se destacam como evento principal da diplomacia climática, direcionando atenção global para a urgência do problema (Bakaki; Bernauer, 2017). Em 2025, o Brasil recebeu a 30ª edição (COP 30) em Belém, Pará, e foi a primeira vez em que a região da Amazônia foi palco do principal fórum multilateral de negociação climática.

A decisão pela capital paraense como sede buscava mobilizar a Amazônia como força simbólica nas negociações internacionais. Contudo, desde sua concepção, a Conferência tornou-se objeto de disputas narrativas na esfera pública e política brasileira: questionamentos sobre infraestrutura urbana, logística e custos públicos circularam amplamente na mídia nacional, enquanto defensores do evento argumentavam que os investimentos representariam legado estrutural para a região. Esse embate prévio configurou, em si, um momento importante, indicando que a Conferência já operava como arena de disputas simbólicas, mobilizando enquadramentos distintos sobre soberania, desenvolvimento, verbas públicas e o papel da Amazônia na transição socioecológica global.

Diante disso, os discursos parlamentares se destacam como documentos reveladores dessas intenções discursivas articuladas de forma a moldar regimes de informação que influenciam a formulação de políticas públicas. Neste caso, também está a percepção pública sobre a realização da COP 30 e temas adjacentes importantes, como preservação do meio ambiente, transição energética e justiça climática.

Estudos sobre o comportamento parlamentar e a pauta climática indicam que os políticos são motivados tanto por convicções pessoais quanto por pressões externas inerentes ao cargo, empregando estratégias variadas de enquadramento para avançar ou bloquear a ação climática (Moore et al., 2024). No Brasil, trabalhos anteriores já identificaram perfis diferenciados de adesão partidária à agenda ambiental, evidenciando que a agenda verde se tornou questão transpartidária, embora frequentemente mobilizada como estratégia de visibilidade eleitoral (Barros, 2015). Estudos mais recentes, ancorados na Criminologia Verde, revelam ainda como o discurso parlamentar brasileiro pode simultaneamente reconhecer o problema climático e inocentar os atores responsáveis pelos danos, como o agronegócio (França; Budó; Dias, 2023). Considerando a dimensão do evento, muitas pesquisas se interessam em analisar a cobertura e enquadramento midiático sobre a mudança climática (Kumpu, 2016; Wozniak; Wessler; Lück, 2017) e não as discussões políticas que acontecem concomitantemente a ele (Wolling; Arlt, 2017). Também são escassos os estudos que analisem especificamente de que forma eventos como a COP são enquadrados no discurso legislativo, lacuna que este artigo busca preencher.

Este artigo analisa como a COP 30 foi representada nos discursos proferidos na Câmara dos Deputados (CD) ao longo de 2025, identificando os principais enquadramentos mobilizados por diferentes coalizões políticas e suas implicações para a compreensão do debate sobre a transição socioecológica no Brasil. O artigo está organizado em quatro partes: fundamentação teórica, descrição do desenho metodológico, análise dos dados e conclusões.

COMUNICAÇÃO CLIMÁTICA E DISPUTA DE SENTIDOS

A crise climática não pode ser compreendida exclusivamente como um fenômeno biofísico, mensurável por indicadores atmosféricos. Trata-se de um problema simultaneamente científico, político e comunicacional, cuja compreensão pública depende da mediação discursiva e da circulação de informações socialmente legitimadas. Nesse sentido, o campo da comunicação climática emerge como espaço interdisciplinar voltado à análise dos processos pelos quais o conhecimento científico é traduzido, disputado e apropriado em arenas públicas e institucionais (Fleury; Miguel; Taddei, 2019).

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), consolidaram um regime de autoridade global ao sistematizar evidências sobre o aquecimento global antropogênico. Contudo, como demonstram estudos críticos da ciência e da comunicação, dados científicos não circulam de maneira neutra: sua interpretação é mediada por enquadramentos políticos, interesses econômicos e disputas ideológicas (Hulme, 2009; Gómez, 2012). A crise climática torna-se, nesse contexto, objeto de disputas epistêmicas nas quais diferentes atores competem pela definição legítima do problema e de suas soluções.

O enquadramento das questões ambientais desempenha papel fundamental na formação de percepções sociais e na definição de prioridades políticas. Enquadrar, conforme Entman (1993), significa selecionar aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes, definindo causas, responsabilidades e soluções possíveis. Neste estudo, essa definição orienta a compreensão do fenômeno: os enquadramentos não são tomados como categorias fixas e anteriores à análise, mas são construídos a partir do próprio *corpus*. Os riscos ambientais e climáticos precisam ser construídos como problemas sociais e tornados visíveis na esfera pública, antes de adquirirem o estatuto de questões que merecem atenção, legislação e recursos. Essa construção depende da mobilização de atores sociais capazes de formular e sustentar reivindicações públicas (Hannigan, 1995), articulando evidências científicas e enquadramentos morais.

Nesse sentido, a COP se configura como uma oportunidade de articulação de diferentes áreas, como a ciência, diplomacia e política. A realização da COP 30 na Amazônia desloca o centro das negociações internacionais para um território historicamente atravessado por conflitos socioambientais, pressões extrativistas e disputas de soberania. A Amazônia, por sua vez, é construída discursivamente como patrimônio ambiental global, reserva estratégica de recursos naturais e símbolo identitário nacional (Amin, 2015; Lapola et al., 2023). Essa multiplicidade de significados a torna ponto de convergência de diferentes interesses. A pesquisa de Cunha (2010), por exemplo, concluiu que discursos mobilizados sobre a região Amazônica no congresso brasileiro tendem a priorizar mais

um desenvolvimento pautado pelo avanço de fronteiras e de mercados do que pautado pela sustentabilidade da região.

A dimensão político-ideológica em torno da Amazônia constitui um pano de fundo fundamental para compreender os enquadramentos que precederam e marcaram a COP-30. A escolha da sede foi anunciada durante a COP-28 e celebrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – caracterizado por seu governo de centro ou centro-esquerda (Fuks; Marques, 2022; Rebello, 2012) – como uma decisão política e simbólica para mostrar que "não há símbolo maior da causa ambiental do que a floresta amazônica" (LULA DA SILVA, 2025).

A escolha demonstrou o reposicionamento internacional do Brasil na agenda climática, em contraposição ao governo anterior, caracterizado como de extrema-direita e populismo de direita (Silva; Rodrigues, 2021; Marques; Carlos, 2025), ao qual foram atribuídas políticas de desmonte ambiental, como o aumento de cerca de 60% no desmatamento da Amazônia durante o mandato (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022) e o agravamento da crise humanitária e de saúde entre os povos Yanomami, em razão do garimpo ilegal e da omissão estatal (Barcellos; Saldanha, 2023). Nesse cenário de alternância entre projetos políticos antagônicos, a COP 30 se tornou uma oportunidade de reafirmações e contestações de conjunturas políticas, tornando o discurso parlamentar um objeto privilegiado para compreender como essas disputas se expressam institucionalmente.

Assim, compreender a COP 30 no contexto brasileiro exige analisar não apenas suas dimensões diplomáticas, mas também os fluxos discursivos que moldam sua representação na esfera política nacional. A arena parlamentar configura-se como espaço frequente dessa disputa, uma vez que é nela que se articulam agendas, formulam-se diagnósticos e se projetam soluções legislativas.

ENQUADRAMENTOS AMBIENTAIS NOS DISCURSOS PARLAMENTARES

O discurso parlamentar é um “pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa Legislativa sobre assunto determinado”¹. Trata-se de um objeto analítico especial, incapaz de ser reduzido à mera expressão individual de opiniões. É prática política institucionalizada, produzida em contexto de visibilidade pública e pensada, simultaneamente, para múltiplas audiências: eleitores, coalizões partidárias e a própria arena midiática. Chilton (2004) define o discurso parlamentar como mecanismo de exercício, contestação e legitimação do poder, sublinhando que enunciados produzidos em espaços como a CD não apenas descrevem a realidade, mas operam sobre ela, ao construir categorias interpretativas e sinalizar alinhamentos específicos. Ele é, antes de tudo, uma ação estratégica com intenções que extrapolam o simples plano argumentativo.

O discurso político institucional opera, também, como política simbólica: o espaço de fala parlamentar funciona como palco no qual se encenam posições destinadas ao público interno e externo, com capacidade de mobilizar apoios, demarcar oposições e produzir narrativas sobre temas de relevância coletiva (Edelman, 1988). No caso da COP 30, um evento de alta visibilidade

¹ O Glossário de Termos Legislativos (Congresso Nacional, 2020) distingue entre discurso oral, proferido na tribuna, discurso lido, com texto previamente entregue à Mesa, e discurso inserido, incluído nos anais sem pronunciamento oral. Neste estudo, essas modalidades são tratadas de forma unificada.

internacional realizado em território brasileiro, esse mecanismo fica ainda mais evidente, já que os pronunciamentos dos deputados sobre a conferência não se reduzem a comentários sobre o evento ou sobre políticas ambientais, mas demonstram tomadas de posição sobre soberania, desenvolvimento, inserção internacional do país, bem como apoio ou não ao Governo Lula.

Sobre as funções do discurso político, Chilton (2004) identifica três principais, que se tornam especialmente visíveis no Parlamento: coerção, legitimação e representação. A coerção envolve impor posições, ou resistir a elas; a legitimação diz respeito a justificar decisões e argumentos; e a representação consiste em construir interpretações da realidade. Na CD, essas três dimensões atuam ao mesmo tempo. Ao falar sobre a COP 30, o/a deputado/a não apenas apresenta informações ou argumentos, mas também sustenta uma determinada visão de país, apoia ou contesta projetos políticos em disputa e sinaliza um posicionamento para seus eleitores e colegas parlamentares.

Essa característica implica que o discurso parlamentar seja essencialmente dialógico. Mesmo quando o parlamentar ocupa sozinho a tribuna, sua fala dialoga com discursos anteriores – de adversários, aliados, da mídia ou de documentos internacionais – e antecipa possíveis respostas. Chilton (2004) denomina esse processo de orientação ao Outro discursivo: o orador constrói sua argumentação em relação a vozes que não estão fisicamente presentes, mas que estruturam o debate. É nesse movimento relacional e estratégico que os enquadramentos ideológicos se tornam mais claros, inclusive nos discursos sobre a COP 30.

As arenas legislativas e eleitorais fornecem fontes de informação que incentivam e orientam a atuação dos parlamentares, além de fornecerem as condições para se analisar e procurar responder às decisões, posicionamentos e votos dos congressistas (Moreira, 2019). Influenciada pela perspectiva norte-americana, a agenda de pesquisa sobre o trabalho parlamentar brasileiro usualmente analisa o voto nominal como objeto empírico, avaliando o quanto o posicionamento do parlamentar diante dos temas se aproxima do que seria esperado pela representação dos eleitores e financiadores. Corrêa e Pereira (2019), por exemplo, ao estudarem a comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, constatarem predomínio das tomadas de posição embasadas nos setores que os deputados buscam representar diante do volume de posicionamentos com argumentos mais pessoais e partidários.

Já a pesquisa de Moreira (2019; 2020), tendo os discursos parlamentares como objeto empírico, testou se o plenário estava limitado à relação do Legislativo com o Executivo. É uma das poucas pesquisas no Brasil a destrinchar o discurso parlamentar quantitativamente e explorar o texto como dado (Moreira, 2020), para análise de grandes *corpus* com mediação algorítmica. Estatisticamente, constatou-se que os congressistas se diferenciam por ênfase temática, e essa diferença se relativiza por, principalmente, gênero, mas também por percentual de votos recebidos e ideologia partidária. Contudo, não há evidência estatística do efeito de coalizão: “não há qualquer evidência de que a relação governo-oposição oriente o posicionamento temático do deputado federal brasileiro” (Moreira, 2020, p. 28).

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Delimitação do *corpus* e critérios de seleção

O *corpus* da pesquisa foi composto por discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, ano de realização da 30ª COP. A escolha desse recorte temporal justifica-se por concentrar o período de maior incidência de menções ao evento, que aconteceu em novembro, permitindo examinar a construção discursiva da conferência no momento em que ela se configurava na agenda nacional.

A coleta dos dados foi realizada por meio do sistema oficial de Pesquisa de Discursos, disponível no portal da Câmara dos Deputados², utilizando-se as expressões “COP”, ou “COP 30”, ou “Conferência das Partes”. Após a extração inicial dos resultados, foi realizada a eliminação manual de registros duplicados, e a leitura de todos os textos recuperados para fins de categorização.

Os discursos que compõem o *corpus* foram identificados no texto pelo nome do parlamentar seguido do número de ordem do texto atribuído durante a coleta — por exemplo, (Talíria Petrone, 14). A lista completa do *corpus*, com identificação, data e modalidade regimental de cada discurso, está disponível como material suplementar. Para fins analíticos, os discursos proferidos na Câmara por não-parlamentares — como representantes de sindicatos, empresários, ambientalistas e grupos de interesse — foram incluídos e agrupados sob a categoria de “convidados”, a fim de distingui-los dos discursos de deputados/as eleitos/as. Na seção de análise por coalizão, esses discursos foram removidos da análise, já que convidados não integram coalizões político-partidárias.

A categorização das coalizões adotou como referência a tipologia proposta pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2024), que organiza os partidos em três grandes blocos, conforme seu posicionamento em relação ao Executivo: a) apoio consistente (situação); b) apoio condicionado (independentes); e c) oposição. Essa classificação foi utilizada como variável analítica para observar possíveis padrões discursivos associados a alinhamentos político-ideológicos mais amplos, para além de uma análise partidária, a qual poderia ser limitada.

Análises quantitativas e modelagem temática

Foram aplicados procedimentos quantitativos, com o objetivo de identificar padrões lexicais e estruturais no *corpus*. Inicialmente, realizou-se análise comparativa por meio do TF-IDF (*term frequency–inverse document frequency*), permitindo observar variações no vocabulário utilizado por cada coalizão e identificar termos com maior peso (Baeza-Yates; Ribeiro-Neto, 2013). O TF-IDF é um método estatístico projetado para representar a importância do vocabulário para o conjunto de dados, da família de técnicas bag of words. O cálculo pondera a frequência de um termo em um documento (TF) pela sua raridade no conjunto do *corpus* (IDF), atribuindo maior peso a palavras recorrentes em documentos específicos, mas que não dominam todo o conjunto textual. Mostra-se um método eficiente para representação e classificação de documentos em grandes volumes em comparação a outros algoritmos de análise automatizada (Oliveira; Branquinho Filho, 2017), inclusive para extração

² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>

de palavras-chave sobre temas ambientais, como a mudança climática (Chen, 2024; Sham; Mohamed, 2022; Zeng, 2022).

Em seguida, empregou-se modelagem de tópicos (Latent Dirichlet Allocation – LDA), conforme descrito na literatura especializada (Blei; Ng; Jordan, 2003), aplicada tanto ao *corpus* completo, quanto separadamente por coalizão. O objetivo foi captar estruturas temáticas latentes e verificar possíveis diferenças na organização discursiva entre os grupos políticos. O pré-processamento incluiu remoção de *stopwords*, padronização ortográfica e lematização. Todas as análises foram realizadas no software Orange Data Mining (versão 3.39.0).

Como já efetuado em outras pesquisas (Altaweel *et al.*, 2019), a combinação entre TF-IDF e LDA permitiu analisar tanto a frequência dos termos, quanto os padrões de coocorrência entre eles, verificando se as tendências observadas no vocabulário também se refletiam na organização temática do *corpus*.

Estratégia metodológica: desenho misto e integração analítica

A pesquisa adota um desenho metodológico misto, integrando análise qualitativa interpretativa e procedimentos quantitativo-computacionais. Trata-se de um modelo de integração no qual ambas as abordagens são aplicadas ao mesmo *corpus*, com posterior articulação dos resultados. Esse desenho dialoga com o modelo de Campos (2014), que propõe rotinizar a identificação de enquadramentos sem automatizá-la por completo. Assim, as técnicas computacionais expõem as coocorrências lexicais do *corpus*, enquanto a definição dos enquadramentos, permanece interpretativa, com critérios explicitados. Diferentemente de Campos, que recorre à análise de correspondências, aqui, essa função é cumprida pelo TF-IDF e pela modelagem de tópicos.

No plano qualitativo, empregou-se a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), em sua formulação clássica (Glaser; Strauss, 1967), conforme sistematizada por Cassiani, Caliri e Pelá (1996). Essa abordagem parte do pressuposto de que categorias analíticas emergem do contato sistemático com o material empírico, sendo continuamente refinadas ao longo do processo investigativo, como demonstrado no Quadro 1. A escolha da TFD justifica-se pela defesa de construir categorias a partir da materialidade do discurso, evitando a imposição, adiantada, de esquemas interpretativos fixos. Também pela necessidade de se analisar sistematicamente um *corpus* volumoso de textos oriundos de diferentes enunciadoreis, que representa um ano de discursos legislativos sobre o tema.

A análise qualitativa foi conduzida em três etapas: a) codificação aberta, na qual foram identificadas categorias e subcategorias emergentes, a partir da leitura integral dos discursos; b) codificação axial, etapa em que se estabeleceram relações entre categorias, identificando padrões argumentativos e articulações temáticas; e c) codificação seletiva, momento de integração das categorias centrais à problemática teórica do estudo. O processo de codificação foi realizado com auxílio do software WeftQDA (versão 1.0.1), que permite a organização e sistematização do *corpus*.

Quadro 1. Correspondência entre a TFD e a aplicação no WeftQDA.

Etapa da TFD	Descrição conceitual	Aplicação na presente pesquisa (WeftQDA)
Codificação aberta	Fragmentação do material empírico em unidades de sentido, com atribuição de rótulos preliminares, emergentes dos dados	Identificação inicial de 12 subcategorias, relacionadas aos diferentes enquadramentos da COP 30
Comparação constante	Processo contínuo de comparação entre códigos e categorias	Revisão sistemática das passagens codificadas, confrontando trechos semelhantes e divergentes
Codificação axial	Reagrupamento de categorias e subcategorias, estabelecendo relações entre elas e organizando-as em estruturas explicativas mais amplas	Consolidação das 12 subcategorias em três categorias analíticas centrais
Codificação seletiva	Integração das categorias em um eixo interpretativo central	Definição dos três enquadramentos principais como eixos interpretativos do debate parlamentar sobre a COP 30
Teorização emergente	Construção de explicações conceituais fundamentadas no material empírico	Formulação da interpretação central da pesquisa

Fonte: Os Autores (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

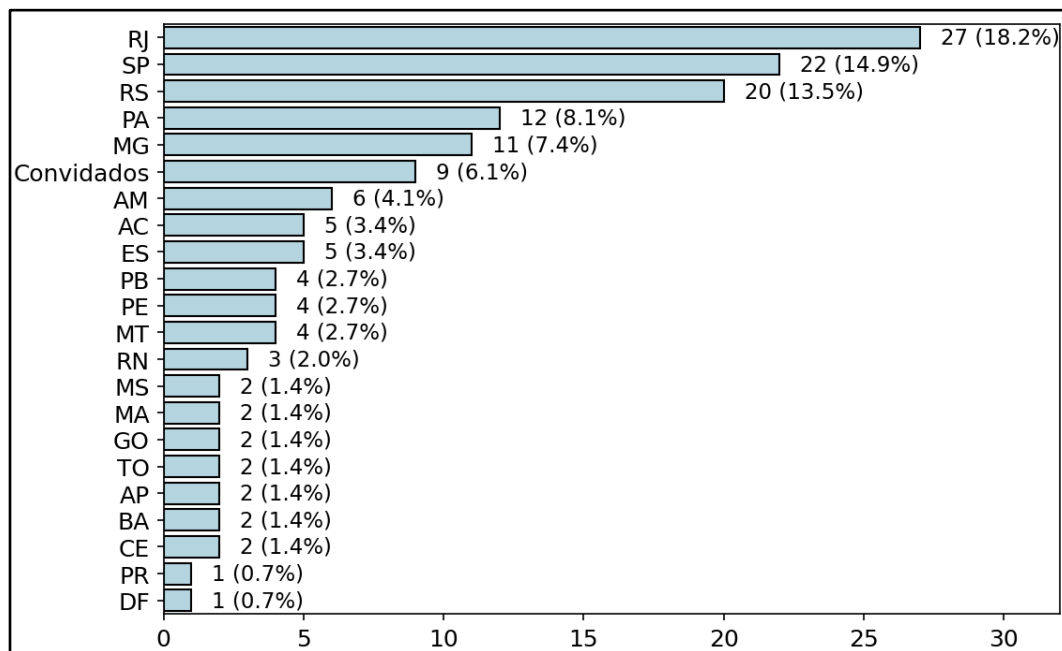
Apresentação do *corpus*

O conjunto final compreendeu 148 discursos, proferidos por 62 parlamentares, pertencentes a 13 partidos políticos distintos. As manifestações ocorreram em diferentes modalidades regimentais (ordem do dia, breves comunicações, comissão geral e pronunciamentos de encerramento), garantindo diversidade de contextos discursivos. Do total, 9 intervenções foram realizadas por convidados em sessões específicas, 87 por parlamentares classificados como integrantes da base governista (apoio consistente), 31 por parlamentares de apoio condicionado (independentes), e 21 por membros da oposição.

A distribuição por unidade federativa, representada na Figura 1, evidencia concentração significativa de discursos de deputados/as do Rio de Janeiro (27), seguido por São Paulo (22), Rio Grande do Sul (20) e Pará (12). No entanto, quando normalizados pelo tamanho da bancada na Câmara, Amazonas (0,75) e Pará (0,71) – com 8 e 17 cadeiras, respectivamente – lideram o engajamento proporcional,

seguidos por Rio Grande do Sul (0,65) e Acre (0,63). Enquanto isso, São Paulo (0,31) e Minas Gerais (0,21), líderes em termos absolutos, ocupam posições intermediárias. Esse resultado demonstra que a região Amazônica foi central no debate, ainda que a pauta tenha proporção nacional.

Figura 1. Discursos sobre a COP 30 por UF do parlamentar



Fonte: Os autores (2026).

A distribuição partidária (Figura 2) evidencia forte concentração dos discursos em duas legendas: o PT, com 44 intervenções (29,7%), e o PSOL, com 34 (23,0%), que juntos respondem por mais da metade do *corpus* (52,7%). Em seguida, aparecem o PL (14 discursos; 9,5%) e o Republicanos (10; 6,8%), enquanto os demais partidos apresentam participação mais moderada ou residual. Embora a base governista concentre 87 dos 148 discursos (58,8%), seguida pelos independentes (20,9%) e pela oposição (14,2%), essa distribuição adquire novo significado quando comparada à composição formal da CD.

De acordo com levantamento do DIAP, a base de apoio consistente ao governo reúne 140 deputados; os independentes são, 206; e 167 parlamentares da oposição (DIAP, 2024). Proporcionalmente, a situação apresentou engajamento discursivo significativamente maior sobre o tema. Em contraste, os independentes, apesar de constituírem o maior bloco da Casa, participaram de forma menos frequente, enquanto a oposição, mesmo representando 167 deputados, registrou apenas 21 pronunciamentos no *corpus*. Tal desproporção sugere que a COP 30 foi apropriada prioritariamente como agenda estratégica pela base governista, ao passo que os demais blocos mobilizaram o tema de maneira mais seletiva ou circunstancial.

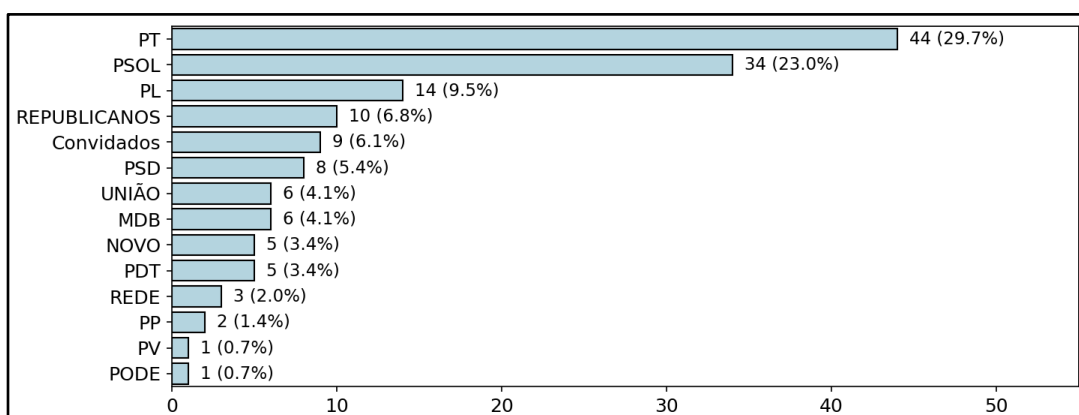
A quantidade de discursos proferidos por parlamentares da base pode ser explicada, em parte, devido à agenda ambiental e climática ter sido um dos pontos centrais da estratégia de atuação e liderança externa do país no terceiro mandato de Lula. A defesa do meio ambiente e a retomada do engajamento brasileiro em fóruns climáticos multilaterais marcaram discursos, ainda na campanha de

2022, em contraposição ao negacionismo climático e ao aumento do desmatamento na Amazônia no governo anterior (Lima, 2023). Contudo, um dos obstáculos para o Brasil ser considerado uma potência verde é justamente a posição majoritariamente contrária à pauta da proteção ambiental do Congresso Nacional, principalmente, dada a força da bancada ruralista, opositora ao atual governo (Lima e Ives, 2024).

Sobre isso, também é preciso considerar a estrutura e a dinâmica da política brasileira, que perpassa a relação entre os poderes Legislativo e Executivo, notadamente marcada por negociações entre oposição e situação na lógica do “presidencialismo de coalizão”, conceito que define a governabilidade do país diante do multipartidarismo da nossa democracia liberal, com três Poderes independentes (Abranches, 1988). Ademais, o cenário político brasileiro tem sido marcado por disputas polarizadas, que tendem a impactar o posicionamento dos congressistas diante dos interesses do Executivo, independentemente da temática do dia. Assim, assuntos importantes e salientes na agenda pública acabam sendo pautados também na esfera institucional, especialmente no Congresso Nacional.

Cabe lembrar que, na esfera federal, o Poder Legislativo é composto por Senadores e Deputados Federais, eleitos para representar, respectivamente, as unidades federativas e a população, ao estabelecer as leis, direitos e deveres que regem a nação. No caso dos deputados, as cadeiras são destinadas aos partidos e às coligações partidárias, por meio do sistema proporcional e de lista aberta, o que leva à expectativa de representação vinculada aos interesses de grupos, e não isolados. A comunicação assume papel estratégico para os políticos, inclusive, tendo a premissa de que o diálogo e a transparência com a sociedade orientam o trabalho legislativo (Barros e Bernardes, 2015). Isso se dá de diferentes formas, incluindo entrevistas à mídia, no geral, canais institucionais da comunicação parlamentar, mídias sociais e pronunciamentos, como os discursos no plenário da Câmara dos Deputados (Moreira, 2019; 2020). Importante destacar que a ausência de discursos na tribuna não significa que os discursos estiveram ausentes de outros canais utilizados pelos parlamentares, incluindo suas contas em redes sociais online.

Figura 2. Discursos sobre a COP por partido



Fonte: Os autores (2026).

Por fim, a distribuição por modalidade revela predominância da Ordem do Dia (51%), seguida pelas Breves Comunicações (27,2%), enquanto Encerramentos (10,9%), Comissão Geral (8,2%) e Homenagens (2,7%) aparecem menos. Esse padrão indica que a COP 30 foi inserida em momentos

Tabela 1. Contagem TF-IDF geral

Ordem	TF-IDF	Palavra-chave	Eixo semântico
1	0,036	projeto	Político-institucional
2	0,034	Lula	Político-institucional
3	0,029	ambiental	Ambiental-climático
4	0,029	governo	Político-institucional
5	0,028	país	Geopolítico-diplomático
6	0,027	mundo	Geopolítico-diplomático
7	0,027	amazônia	Ambiental-climático
8	0,026	povo	Político-institucional
9	0,025	parlamentar	Político-institucional
10	0,025	climática	Ambiental-climático
11	0,025	ordem	Político-institucional
12	0,024	veto	Político-institucional
13	0,023	retirar	Político-institucional
14	0,023	clima	Ambiental-climático
15	0,023	Belém	Geopolítico-diplomático
16	0,023	evento	Geopolítico-diplomático
17	0,023	contra	Político-institucional
18	0,022	internacional	Geopolítico-diplomático
19	0,022	indígena	Ambiental-climático
20	0,022	licenciamento	Ambiental-climático

Fonte: Os autores (2026).

Em relação às personalidades citadas nos discursos, há um destaque para a presença do termo “lula” entre as palavras mais relevantes, indicando que o debate assumiu contornos partidarizados, centralizando a figura do presidente como um dos agentes políticos principais, reforçando a leitura do discurso como política simbólica (Edelman, 1988), na qual falar da conferência torna-se, para os parlamentares, uma forma de posicionamento em relação à figura do presidente. Do ponto de vista temático, a COP surge claramente vinculada ao tema do clima: “ambiental”, “clima”, “amazônia”, “licenciamento”, “indígena”, “floresta”. No entanto, a COP 30 não foi tratada nos discursos apenas como uma conferência ambiental, mas também associada a questões fiscais e orçamentárias, conforme indicam termos como “bilhões”, “dinheiro”, “recurso” e “pagar” entre os vocábulos recorrentes.

Os temas sociais aparecem com menor centralidade lexical. Palavras como “indígena”, “mulher”, “direito”, “responsabilidade”, “social” e “justiça” figuram entre os termos de relevância intermediária,

o que sugere a presença dessas dimensões no debate, ainda que não constituam o eixo semântico predominante. Assim, o enquadramento da COP 30 contempla, simultaneamente, referências ambientais, institucionais e econômicas. Esses temas reaparecem na etapa de categorização qualitativa.

Agrupamento lexical nas coalizões

Para os agrupamentos em coalizões, foi adotada como referência a tipologia proposta pelo DIAP (2024), sendo excluídos os discursos de convidados (n=9), uma vez que não se vinculam formalmente a partidos políticos e, portanto, não integram as coalizões analisadas. Com a retirada de nove documentos, o *corpus* passou a totalizar 139 discursos. Em seguida, aplicou-se novamente o método TF-IDF, com agregação mediana, operacionalizado no software Orange, para a extração das dez palavras-chave mais relevantes em cada subconjunto (situação, independentes e oposição), com o objetivo de identificar padrões lexicais distintivos e verificar possíveis clivagens semânticas entre as coalizões no tratamento discursivo da COP 30.

Tabela 2. Contagem TF-IDF por coalizões

SITUAÇÃO		OPOSIÇÃO		INDEPENDENTES	
termo	TF-IDF	termo	TF-IDF	termo	TF-IDF
projeto	0,037	governo	0,062	amazônia	0,053
ambiental	0,035	recurso	0,052	saúde	0,042
lula	0,035	dinheiro	0,047	COP 30	0,033
veto	0,035	lula	0,047	governo	0,033
país	0,03	vergonha	0,046	projeto	0,032
povo	0,028	bilhões	0,046	retirar	0,029
mundo	0,028	projeto	0,041	trabalho	0,029
licenciamento	0,028	país	0,039	governador	0,029
cidade	0,028	marina	0,036	ministro	0,029
petróleo	0,026	silva	0,034	legislativo	0,029

Fonte: Os autores (2026).

Em etapa subsequente, empregou-se modelagem de tópicos (Topic Modeling) com o objetivo de identificar estruturas semânticas latentes no *corpus* e avaliar se os enquadramentos discursivos da COP 30 variavam sistematicamente entre as coalizões parlamentares. A análise foi conduzida sobre um *corpus* final composto por 139 discursos. Diferentemente das técnicas descritivas baseadas em frequência lexical, a modelagem probabilística permite inferir padrões de coocorrência de termos que não são imediatamente observáveis, captando regularidades estruturais no discurso. Foi adotado o método Latent Dirichlet Allocation (LDA), utilizado para identificação automática de tópicos em conjuntos textuais (Blei; Ng; Jordan, 2003).

O LDA é um modelo generativo probabilístico não supervisionado que parte do pressuposto de que cada documento é composto por uma mistura de tópicos latentes, e cada tópico consiste em uma distribuição probabilística de palavras. Assim, o algoritmo estima, simultaneamente, a proporção de tópicos presentes em cada documento e a distribuição de termos associada a cada tópico, com base na coocorrência lexical. Os discursos foram previamente submetidos a etapas de normalização e pré-processamento textual, como descrito na seção 3, com a inclusão de bigramas (ex.: bilhões reais, licenciamento ambiental). A representação textual foi realizada por meio do modelo *bag of words*, convertendo os documentos em vetores de frequência de termos. Essa estrutura vetorial serviu como entrada para o algoritmo LDA. A implementação foi realizada no *software* Orange (versão 3.39.0). A escolha do número de tópicos ($k = 4$) baseou-se no índice de coerência temática (*topic coherence*), que atingiu valor de 0,5713. A *coherence score* mede o grau de consistência semântica interna de um tópico, avaliando a frequência com que os termos mais representativos coocorrem nos documentos do *corpus*.

O resultado da modelagem de tópicos apresentado na Tabela 3, evidencia eixos semânticos distintos do debate parlamentar sobre a COP 30. Pensando nisso, os tópicos foram denominados a partir dos termos de maior probabilidade e de sua coerência substantiva.

Tabela 3. Resultado da modelagem de tópicos (LDA)

Tópico	Termos	Coherence score
Tópico 1 - Governança climática	parlamentares', 'climática', 'agenda', 'social', 'países', 'global', 'sociedade', 'desenvolvimento', 'clima', 'conferência'	0,6088
Tópico 2 - Econômico/fiscal	povo', 'reais', 'milhões', 'dinheiro', 'bilhões_reais', 'história', 'educação', 'mil', 'população', 'poder'	0,5729
Tópico 3 - Regional/Amazônica	amazônia', 'belém', 'saúde', 'floresta', 'cidade', 'oportunidade', 'ambiental', 'países', 'realidade', 'região'	0,5568
Tópico 4 - Legislativo/ambiental	ambiental', 'meio_ambiente', 'vetos', 'petroleo', 'debate', 'lei', 'planeta', 'licenciamento_ambiental', 'congresso_nacional', 'pauta'	0,5467

Fonte: Os autores (2026).

A distribuição dos tópicos por coalizão (Tabela 4) revelou padrões diferenciados de enquadramento discursivo da COP 30. A Situação concentrou 60,9% de seus discursos no Tópico 4 (conflito legislativo-ambiental), indicando que o debate governista se organizou com frequência em torno de disputas regulatórias internas, como vetos, projetos de lei, licenciamento ambiental e exploração energética. A Oposição, por sua vez, apresenta forte concentração no Tópico 2 (enquadramento econômico/fiscal), com 66,7% de seus discursos associados a esse eixo, demonstrando interesse na dimensão orçamentária e do custo do evento.

Já os Independentes exibiram distribuição mais heterogênea, com maior frequência no Tópico 3 e Tópico 2, mas sem a especialização temática observada nos demais grupos. O teste de qui-quadrado ($\chi^2=42,01$; $p<0,001$) evidenciou que essa distribuição não é aleatória, indicando associação

estatisticamente significativa entre coalizão e tópico dominante. Tal resultado reforça a validade substantiva do modelo LDA, uma vez que os agrupamentos temáticos capturam diferenças estruturais reais na organização discursiva das coalizões.

Tabela 4. Distribuição dos tópicos por coalizão

SITUAÇÃO		OPOSIÇÃO		INDEPENDENTES	
Tópico	Percentual	Tópico	Percentual	Tópico	Percentual
1	14,94%	1	4,76%	1	9,68%
2	13,79%	2	66,67%	2	32,26%
3	10,34%	3	14,29%	3	35,48%
4	60,92%	4	14,29%	4	22,58%
Total	100,00%		100,00%		100,00%

Fonte: Os autores (2026).

Esses achados convergem com a análise lexical previamente realizada, por meio do TF-IDF. Na etapa exploratória, a Oposição já apresentava maior peso relativo de termos associados a verbas e custos financeiros, enquanto a Situação mobilizava, com maior frequência, vocabulário relacionado à agenda ambiental e às disputas institucionais. O LDA, ao modelar coocorrências latentes, em vez de apenas frequências isoladas, aprofunda essa evidência ao demonstrar que tais padrões não se restringem a palavras específicas, mas estruturam conjuntos semânticos mais amplos. Assim, a modelagem probabilística confirma e sistematiza tendências identificadas no TF-IDF, indicando que a COP 30 foi apropriada de maneira diferenciada pelas coalizões, com especialização temática consistente entre governo e oposição e maior dispersão entre os independentes.

Categorização qualitativa baseada no enquadramento da COP 30

A análise qualitativa foi conduzida em todo o *corpus* (n=148), seguindo os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados (Cassiani; Caliri; Pelá, 1996). Inicialmente, as unidades de sentido que mencionavam a COP 30 foram submetidas à codificação aberta, realizada por meio do software WeftQDA (versão 1.0.1), identificando 12 subcategorias. Em seguida, a codificação axial permitiu o agrupamento em três categorias analíticas integradoras (COP como desperdício, COP como oportunidade, COP como justiça climática), refletindo diferentes enquadramentos do evento³. A constante comparação entre segmentos de texto assegurou que as categorias fossem desenvolvidas a partir do próprio *corpus*, e a saturação teórica foi considerada alcançada quando novas leituras não implicaram na criação de categorias substancialmente distintas.

³ Dado o número reduzido de discursos que compõem o *corpus*, não foi necessária a realização da amostragem. A codificação qualitativa foi realizada pela segunda autora e revisada pelos demais coautores; os casos de discordância seriam resolvidos por deliberação conjunta, procedimento que não chegou a ser acionado, uma vez que não houve divergências na codificação proposta.

A Tabela 5 apresenta as subcategorias inicialmente identificadas na etapa de codificação aberta, bem como sua posterior consolidação nas categorias analíticas centrais, decorrentes da codificação axial, além da respectiva distribuição dos documentos em cada enquadramento. O processo de classificação foi orientado pela seguinte questão: **de que maneira a COP 30 é enquadrada no discurso parlamentar?** Essa pergunta permitiu sistematizar os diferentes sentidos atribuídos ao evento, organizando-os segundo padrões de posicionamento discursivo.

Tabela 5. Categorias e subcategorias de análise

Categoria	Documentos	Subcategoria
COP 30 como desperdício	26 (17,5%)	COP 30 como desperdício de verba pública
		COP 30 como desperdício de tempo
		COP 30 como falha (acordos insuficientes)
		COP 30 como ameaça à imagem do país
		COP 30 como ameaça de escândalos
COP 30 como oportunidade	32 (21,6%)	COP 30 como oportunidade regional
		COP 30 como oportunidade econômica nacional
		COP 30 como oportunidade política de diplomacia
		COP 30 como vitrine para o mundo
COP 30 como justiça climática	54 (36,4%)	COP 30 como símbolo para aprovar políticas de proteção ao meio ambiente
		COP 30 como possibilidade de justiça climática
		COP 30 como possibilidade de justiça social
COP 30 como assunto tangente	36 (24,3%)	

Fonte: Os autores (2026).

O enquadramento ‘COP 30 como oportunidade’ apareceu em discursos nos quais a conferência é representada como possibilidade de projeção internacional, aceleração econômica e fortalecimento político. Nos discursos classificados nessa categoria, o evento é frequentemente descrito como momento estratégico de inserção do Brasil no “centro dos debates globais” (Duda Salabert, 103), ou como “grande momento” para o Estado do Pará (Dilvanda Faro, 105), evidenciando a dimensão simbólica da conferência. A perspectiva de oportunidade aparece tanto em termos de desenvolvimento regional – “garantindo o desenvolvimento da região” (Dilvanda Faro, 105) – quanto como ocasião para “mostrar ao mundo o que realmente é a Amazônia” (Henderson Pinto, 90) e apresentar “as iniciativas” do país (Fernando Mineiro, 95). Em alguns casos, o evento é interpretado como possibilidade de reconhecimento geopolítico, como quando se afirma que a COP

30 pode ser “uma oportunidade para reconhecer o potencial dos países da América Latina” (Javier Medina Vásquez, 77). Também emerge como espaço de fortalecimento institucional, descrita como “plataforma para fortalecer a voz dos parlamentares” (Nilto Tatto, 49), ou como “oportunidade única” para uma “virada” em termos de desenvolvimento econômico (Marcelo Morandi, 61). Analiticamente, esse enquadramento revela uma leitura que favorece a COP 30, na qual o evento é apropriado como instrumento de projeção, legitimação e articulação política. Trata-se, nos termos de Chilton (2004), de um uso legitimador do discurso, no qual a conferência serve para justificar decisões e projetos políticos já assumidos.

A categoria ‘COP 30 como justiça climática’ reúne discursos que atribuem ao evento uma dimensão ao mesmo tempo normativa e transformadora, articulando proteção ambiental, enfrentamento da emergência climática e redução de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a conferência é mobilizada como instrumento para impulsionar políticas concretas, como quando se afirma que a COP 30 “deve acordar um plano de ação para o fim do desmatamento e da degradação florestal” (Wilson Santiago, 0), indicando seu uso como símbolo para aprovação e fortalecimento de medidas ambientais. O evento também é descrito como espaço de mobilização coletiva e ação global, sendo caracterizado como “um evento global para enfrentar a emergência climática” (Talíria Petrone, 10) e como “chamada a uma ação climática para todo o planeta” (Charles Fernandes, 115). Em alguns discursos, a justiça climática aparece associada à participação social e à dimensão democrática do debate ambiental, como na referência à “maior incidência de participação popular da história das COPs” (Dandara, 106). Há, ainda, articulação entre justiça climática e justiça social, como na defesa de que os “recursos internacionais articulados na COP 30 cheguem aonde a dor está” (Talíria Petrone, 14), conectando financiamento climático e enfrentamento de desigualdades. Ao mesmo tempo, a expectativa de que o país sede “faça uma defesa direta” (Célia Xakriabá, 121) e de que o Brasil seja “exemplo de potência ambiental” (Ivan Valente, 83) reforça essa dimensão representativa de um futuro imaginado. Nesta categoria, a COP 30 é representada como uma possibilidade de reivindicação normativa para o futuro do clima, direitos e justiça social. Predomina, aqui, a função de representação apontada por Chilton (2004), já que o discurso constrói uma interpretação não apenas do evento, mas do horizonte de futuro que ele deveria inaugurar. Além de representar a realidade, busca representar quem não pode estar ali, para expor esses argumentos.

Para além das três categorias centrais, 36 discursos (24,3%) foram classificados como ‘COP 30 como assunto tangente’. Nesse conjunto, a conferência não constitui o objeto principal do pronunciamento, mas aparece como referência contextual, temporal ou legitimadora de outro argumento. Em alguns casos, a COP 30 é mencionada para situar cronologicamente uma votação ou pauta legislativa, como quando se alude a “urgências cuja votação está prevista para este esforço concentrado pré-COP” (Nilto Tatto, 49). Em outros, o evento serve para compor um repertório de realizações do governo federal, figurando ao lado do G20 e da Cúpula dos BRICS, como evidência de protagonismo internacional do Brasil (Tulio Gadelha). Analiticamente, essa categoria revela uma dimensão relevante do *corpus*: a COP 30 circulou no espaço parlamentar como referencial, acionado, muitas vezes, para outros fins argumentativos. Sua presença tangencial em quase um quarto dos discursos indica que a conferência havia se incorporado ao repertório discursivo parlamentar de forma ampla, operando como um marcador temporal ou político, mesmo quando não era o foco da fala.

Já a categoria ‘COP 30 como desperdício,’ agrega discursos críticos ao evento, seja por sua suposta ineficácia, seja por seu custo financeiro ou por sua instrumentalização política. Nesse enquadramento, a conferência é retratada como iniciativa que “deixou muito a desejar” (Chico Alencar, 109) e cujo resultado seria “mais do mesmo” (Capitão Alberto Neto, 124), sugerindo dúvida quanto à sua capacidade de produzir efeitos concretos. Parte das críticas enfatiza o gasto de recursos públicos, como nas menções a “mandar bilhões de reais, e ninguém faz nada” (Adriana Ventura, 147) ou à utilização do evento para “alimentar Janja e suas gastanças” (Carla Dickson, 123). Outros discursos associam a COP 30 à autopromoção e à personalização política, referindo-se ao “estrelismo da primeira-dama” (Roberto Duarte, 28), ou à distorção da agenda climática “em favor de sua imagem” (Roberto Duarte, 28). Há, ainda, os que qualificam a conferência como “vergonha” (Rodolfo Nogueira, 26), como algo que “não vai servir para nada” (Mauricio Marcon, 56) ou como exemplo de “estrage” e “caos” (Bia Kicis, 139). Esse enquadramento desloca o debate climático para uma chave de crítica à gestão, ao gasto público e à legitimidade política da COP 30. Portanto, a coerção descrita por Chilton (2004) se manifesta, especialmente, nos discursos de oposição, como tentativa de deslegitimar o evento e, por extensão, o projeto político que o sustenta.

Esse achado entra em diálogo com os dados apresentados por Moreira (2020), que concluiu não haver evidência estatística de que a relação governo-oposição oriente o posicionamento temático dos deputados federais. Os resultados aqui obtidos qualificam essa conclusão: a lógica governo-oposição tornou-se mais visível em um contexto mobilizador de disputa ideológica e política. A COP 30, evento internacionalmente projetado, realizado em território nacional e associado ao projeto político do governo federal, pode ser compreendida como inserida nesse tipo de contexto.

A presença destacada do termo “lula” no vocabulário de ambas as coalizões, evidenciada na Tabela 2, indica que a conferência foi pessoalizada tanto pela situação quanto pela oposição, reforçando sua dimensão de disputa. Para os parlamentares, falar sobre a conferência tornou-se, inevitavelmente, falar sobre o governo e posicionar-se diante dele. O discurso assumiu, assim, uma função de demarcação ideológica, o que contribui para explicar a especialização temática observada entre as coalizões, mesmo na tribuna parlamentar, espaço que, segundo Moreira (2020), costuma escapar à lógica governo-oposição. Se aquele estudo identificou uma latência dessa clivagem na atividade discursiva cotidiana, os dados aqui apresentados sugerem que ela pode ser ativada em situações de tensão.

Esse padrão encontra respaldo em Izumi e Medeiros (2021), que demonstraram, a partir da análise de 64 mil pronunciamentos do Senado Federal, entre 1995 e 2014, que a dimensão governo-oposição estrutura não apenas o voto dos parlamentares brasileiros, mas também seus discursos. Os autores mostram que lideranças partidárias e o Executivo exercem influência sobre o que os parlamentares dizem, não apenas sobre como votam, e sugerem que os discursos funcionam, menos como comunicação com os eleitores, e mais como sinalização de posicionamento às lideranças e ao governo. Os dados aqui analisados apontam na mesma direção: a COP 30 funcionou como catalisador dessa dinâmica e a conferência se tornou uma ocasião para que cada coalizão reafirmasse sua relação com o Executivo, de apoio ou de contestação.

Em conjunto, os resultados observados nesta seção sinalizam que a representação da COP 30 no discurso parlamentar e seus enquadramentos aqui identificados refletem um posicionamento

organizado de acordo com a posição de cada parlamentar e sua coalização em relação ao governo federal. Os dados sugerem que a formação de consensos em torno da agenda climática no Legislativo brasileiro está vinculada às clivagens políticas que a antecedem e acabam por estruturar o próprio debate ambiental.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou como a COP 30 foi representada nos discursos da Câmara dos Deputados ao longo de 2025, combinando análise quantitativa e qualitativa para identificar padrões discursivos e diferenças entre as coalizões parlamentares. Os resultados mostram que a conferência não foi tratada de forma uniforme: ela funcionou como um objeto em disputa, apropriado de maneiras distintas conforme o posicionamento político de cada grupo. As análises lexicais e a modelagem de tópicos revelaram que essa diferença não é superficial. A base governista organizou seus discursos em torno de temas ambientais e de conflitos legislativos (licenciamento, vetos, petróleo), enquanto isso, a oposição concentrou sua fala na dimensão financeira do evento, enfatizando custos e gastos públicos. O teste qui-quadrado confirmou que essa divisão não é aleatória: há um padrão real e estruturado na forma como cada coalizão fala sobre a COP 30. Isso indica que a pauta climática no Brasil está partidarizada, governistas e oposição discordam sobre o que o evento representa, e partem de enquadramentos distintos sobre o que ele significa e o que está em jogo.

A análise qualitativa aprofundou esse achado ao mostrar que a conferência foi enquadrada de três formas principais: como oportunidade, como possibilidade de justiça climática e como desperdício. Essas categorias refletem projetos políticos diferentes sobre o papel do Brasil na agenda climática global, e os discursos sobre a COP 30 revelam visões de país em disputa dentro do Parlamento. Confirma-se, assim, o caráter estratégico do discurso parlamentar (Chilton, 2004), cujos enunciados não descrevem necessariamente a COP 30, mas fixam categorias interpretativas que demarcam posições no debate climático e alimentam, a partir do Parlamento, o jogo político entre oposição-oposição perante um evento do Executivo.

Esse resultado tem implicações para o campo da comunicação climática. Ele mostra que eventos, como a COP 30, chegam à esfera parlamentar e são imediatamente traduzidos em linguagem política, filtrados por posições ideológicas e usados como recursos retóricos. Compreender como isso acontece e o porquê de grupos distintos falarem de forma tão diferente sobre o mesmo evento é essencial para entender os obstáculos e as possibilidades da comunicação sobre a crise climática no Brasil.

O estudo tem limitações, que merecem ser reconhecidas. O *corpus* se restringe a discursos que mencionaram explicitamente a COP 30, o que pode deixar de fora referências indiretas ao tema. A assimetria entre as coalizões, com a base governista produzindo muito mais discursos do que a oposição, também influencia os resultados. Novas pesquisas podem também identificar a posição política com base em partidos de espectro da direita ou da esquerda, bem como cruzar com os temas e dados de comentários em redes sociais online e veículos de comunicação – que ajudaram a pautar o tema e podem ter influenciado o debate e discursos. Pesquisas futuras podem ampliar o *corpus*, incluir outros espaços de fala parlamentar e acompanhar como esses enquadramentos evoluem após a realização do evento.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS E CÓDIGO

Todo o conjunto de dados que ampara os resultados deste estudo foi disponibilizado no repositório 'liinc_discursos_cop30' e pode ser acessado em: https://github.com/loureiroalicens-pixel/liinc_discursos_cop30.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=348>. Acesso em: mar. 2026.
- ALTAWHEEL, M.; BONE, C.; ABRAMS, J. Documents as data: a content analysis and topic modeling approach for analyzing responses to ecological disturbances. **Ecological Informatics**, v. 51, p. 82-95, 2019.
- AMIN, M. M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 107, n. 2, p. 17-38, abr. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5993>. Acesso em: mar. 2026.
- BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Recuperação de Informação: Conceitos e Tecnologia das Máquinas de Busca**. Bookman Editora, 2013.
- BAKAKI, Z.; BERNAUER, T. Do global climate summits influence public awareness and policy preferences concerning climate change?. **Environmental Politics**, v. 26, n. 1, p. 1–26, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/09644016.2016.1244964>. Acesso em: mar. 2026.
- BARCELLOS, C.; SALDANHA, N. O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 7-13, jan.-mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i1.3605>. Acesso em: mar. 2026.
- BARROS, A. T. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 693-733, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213693>. Acesso em: fev. 2026.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. Dilemas dos sistemas híbridos de comunicação institucional: análise das tensões e dos conflitos no projeto da Câmara dos Deputados. **Organicom**, v. 12, n. 22, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2015.139263>. Acesso em: fev. 2026.
- BLEI, D. M.; NG, A. Y.; JORDAN, M. I. Latent Dirichlet Allocation. **Journal of Machine Learning Research**, v. 3, p. 993–1022, jan. 2003. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/944919.944937>. Acesso em: mar. 2026.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Plenários e Sessões. Brasília: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/plenario>. Acesso em: mar. 2026.
- BRASIL. Congresso Nacional. Glossário de termos legislativos. 2. ed. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário

Legislativo, 2020. xviii, 207. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/discurso_parlamentar. Acesso em: mar. 2026.

CAMPOS, L. A. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 377-406, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203377>. Acesso em: jul. 2026.

CASSIANI, S. H. B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 4, n. 3, p. 75–88, dez. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11691996000300007>. Acesso em: mar. 2026.

CHEN, L-C. An extended TF-IDF method for improving keyword extraction in traditional corpus-based research: An example of a climate change corpus. *Data & Knowledge Engineering*, v. 153, n. 1, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.datak.2024.102322>. Acesso em: mar. 2026.

CHILTON, P. **Analysing political discourse**: theory and practice. London: Routledge, 2004.

COP 30 BRASIL. O que é a COP? Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CORRÊA, C. P.; PEREIRA, V. B. Tomada de posição no legislativo brasileiro: análise sociológica sobre o caso da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 16, 2019.

CUNHA, E. M. **Discurso político, mídia e ação parlamentar**: a Amazônia no Congresso Nacional. 2010. 308 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Base do governo Lula no Congresso. Brasília: DIAP, 2024. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/91238-base-do-governo-lula-no-congresso>. Acesso em: 10 fev. 2026.

EDELMAN, M. **Constructing the political spectacle**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ENTMAN, R.M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, dez. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso: mar. 2026.

FLEURY, L. C.; MIGUEL, J. C. H.; TADDEI, R. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*, v. 21, n. 51, p. 18–42, ago, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-0215101>. Acesso em: mar. 2026.

FRANÇA, K. A.; BUDÓ, M. N.; DIAS, F. V.. O aquecimento global no discurso parlamentar brasileiro: denúncia e negação de responsabilidade do agronegócio. *Direito, Estado e Sociedade*,

n. 63, p. 172-211, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17808/des.0.1488>. Acesso em: mar. 2026.

FUKS, M; MARQUES, P. H. M. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 580-608, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?lang=pt>. Acesso em: mar. 2026.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. 1 ed. Nova York: Routledge, 1967.

GÓMEZ, M. N. G. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: mar. 2026.

HANNIGAN, J. A. **Environmental sociology**: a social constructionist perspective. London: Routledge, 1995.

HULME, M. **Why we disagree about climate change**: Understanding controversy, inaction and opportunity. United Kingdom: Cambridge University Press, 2009.

KUMPU, V. On making a big deal: consensus and disagreement in the newspaper coverage of UN climate summits. **Critical Discourse Studies**, v. 13, n. 2, p. 143–157, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/17405904.2015.1042392>. Acesso em: mar. 2026.

IZUMI, M. Y.; MEDEIROS, D. B. Government and opposition in legislative speechmaking: using text-as-data to estimate Brazilian political parties' policy positions. **Latin American Politics and Society**, v. 63, n. 1, p. 145–164, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2020.36>. Acesso em: mar. 2026.

LAPOLA, D. M. et al. The drivers and impacts of Amazon forest degradation. **Science**, v. 379, n. 6630, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.abp8622>. Acesso em: mar. 2026.

LIMA, M. R. S. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 79-95, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104>. Acesso em: mar. 2026.

LIMA, M. R. S.; IVES, D. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 103-122, 2024. Disponível em: [inserir link]. Acesso em: mar. 2026

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente Lula na abertura da sessão plenária da Cúpula do Clima em Belém (PA). Brasília: Planalto, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-sessao-plenaria-da-cupula-do-clima-em-belem-pa>. Acesso em: mar. 2026.

MARQUES, M.S.; CARLOS, E. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 27, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140107>. Acesso em: mar. 2026.

MOREIRA, D. Karaokê da Câmara dos Deputados: o uso do microfone na atividade parlamentar. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253597>. Acesso em: mar. 2026.

MOREIRA, D. Com a palavra os nobres deputados: ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 63, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582020204>. Acesso em: mar. 2026.

MOORE, Brendan et al. Politicians and climate change: a systematic review of the literature. **WIREs Climate Change**, v. 15, n. 6, nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/wcc.908>. Acesso em: fev. 2026.

MOSER, S. C. Communicating climate change: history, challenges, process and future directions. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 1, n. 1, p. 31–53, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/wcc.11>. Acesso em: mar. 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Bolsonaro encerra governo com alta de 60% no desmate na Amazônia. São Paulo: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://oc.eco.br/bolsonaro-encerra-governo-com-alta-de-60-no-desmate-na-amazonia/>. Acesso em: mar. 2026.

OLIVEIRA, E.; BRANQUINHO FILHO, D. Automatic classification of journalistic documents on the Internet. **Transinformacao**, v. 29, p. 245-255, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892017000300003>. Acesso em: mar. 2026.

REBELLO, M.M. Ideologias partidárias no governo Lula: A percepção do eleitor. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 298-320, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2012.2.11930>. Acesso em: mar. 2026.

SHAM, N. M.; MOHAMED, A. Climate Change Sentiment Analysis Using Lexicon, Machine Learning and Hybrid Approaches. **Sustainability**, v. 14, n. 8, p. 4723, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14084723>. Acesso em: mar. 2026

SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86-107, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p86>. Acesso em: mar. 2026.

WOLLING, J.; ARLT, D. Media coverage of international climate summits and negotiations. **Oxford Research Encyclopedia of Climate Science**. Oxford: Oxford University Press, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228620.013.362>. Acesso em: mar. 2026.

WOZNIAK, A.; WESSLER, H.; LÜCK, J. Who prevails in the visual framing contest about the United Nations Climate Change Conferences? **Journalism Studies**, v. 18, n. 11, p. 1433–1452, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1131129>. Acesso em: mar. 2026.

ZENG, L. Chinese public perception of climate change on social media: an investigation based on data mining and text analysis. **Journal of Environmental and Public Health**, v. 2022, p. 6294436, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1155/2022/6294436>. Acesso em: mar. 2026.

ZUCCO JR., Cesar; LAUDERDALE, Benjamin E. Distinguishing between influences on Brazilian legislative behavior. **Legislative Studies Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 363–396, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1939-9162.2011.00019.x>. Acesso em: mar. 2026.